

HABEAS CORPUS Nº 489.573 - GO (2019/0012692-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : ALBERTO ZACHARIAS TORON E OUTROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO E OUTRO(S) -
DF004107
ALBERTO ZACHARIAS TORON - SP065371
ALEX ARAÚJO NEDER - GO010501
RENATO MARQUES MARTINS - SP145976
LUISA MORAES ABREU FERREIRA - SP296639
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : JOAO TEIXEIRA DE FARIA (PRESO)
ADVOGADA : JULIANA GONÇALVES DE SOUZA GUIMARÃES -
DF021410
ADVOGADOS : SHYRLEI MARIA DE LIMA - DF028177
ALINE CRISTINA DE LIMA HIGINO - DF048543

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ESTUPROS. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA. AMEAÇA À TESTEMUNHA. INDÍCIOS DE TENTATIVA DE EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA. GRAVIDADE CONCRETA DAS CONDUTAS CRIMINOSAS. PRISÃO DOMICILIAR OU INTERNAÇÃO HOSPITALAR FORA DA CARCERAGEM DESNECESSÁRIAS. ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR NA UNIDADE PRISIONAL. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. É admitida fundamentação para o decreto de prisão na inicial fuga do distrito da culpa, com admissão pelo juízo da movimentação de relevante montante econômico e ameaça a testemunha.
2. Há relevante impugnação da defesa a essa motivação, pois se apresentou em seguida o acusado, não foram realizados saques de valores e não é especificada a origem da ameaça à testemunha, mas no limitado conhecimento do *habeas corpus* torna-se impossibilitado negar desde logo validade aos fatos acolhidos como verdadeiros pela decisão atacada.
3. Ademais, a conduta imputada é concretamente grave, porque reunidas várias declarações de estupro *"colhidas em diversos Estados da Federação pelos Ministérios Públicos Estaduais (mídias audiovisuais anexadas à representação ministerial), tendo o Ministério Público recebido 254 (duzentas e cinquenta e quatro) mensagens de vítimas pelo endereço eletrônico denuncias@mpgo.mp.br., somados, por certo, aos relatos"*, como indicativo de reiteração delitiva pelo paciente.
4. A necessidade de tratamento hospitalar já se encerrou e a evolução da condição de saúde e dos fatos não admite como suficiente a custódia domiciliar.

5. *Habeas corpus* denegado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por maioria, denegar a ordem, cassada a liminar, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Vencido o Sr. Ministro Sebastião Reis Júnior. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Dr. ALBERTO ZACHARIAS TORON, pela parte PACIENTE:
JOAO TEIXEIRA DE FARIA

Brasília (DF), 04 de junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente e Relator